



ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA – ANO 2017. -----

No dia 13 de novembro de 2017, às 10:30 h, na sala de reuniões, reuniu-se o egrégio Conselho Superior, registrando-se as presenças dos excelentíssimos senhores conselheiros: Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-geral e presidente do Conselho Superior, Ricardo Sales Cordeiro, corregedor-geral, Galeno Gomes Siqueira, secretário, Fernando Campelo Martelleto, Érika Almeida Gomes, Fernando Orlan Pires Resende e Marco Túlio Frutuoso Xavier. Presente também o presidente da Adep, Eduardo Cyrino Generoso.--- Ausentes justificadamente os conselheiros Wagner Geraldo Ramalho Lima e Thiago Dutra Vaz de Souza.-----

Havendo *quorum* regimental, a dra. Christiane declarou abertos os trabalhos e passou a presidência ao conselheiro Ricardo Sales Cordeiro, isto às 10:40 h, em razão de agenda com o governador em exercício, desembargador Hebert Carneiro, às 11:00 h.-----

O conselheiro Fernando Martelleto cumprimentou os colegas Galeno, Marco Túlio e Érika pela eleição; falou da expressiva votação dos dois primeiros; falou que espera que a conselheira Érika esteja de volta ao Conselho Superior em breve, já que é a primeira suplente; falou que os colegas são valorosos e estão de parabéns, pois a simples oferta do nome é digno de nota.-----

O conselheiro Ricardo Sales disse que fazia dele as palavras do conselheiro Fernando Martelleto; disse que já foi membro eleito e sabe da dificuldade que é submeter o nome a uma eleição, passar pelo crivo dos colegas; disse que todos estão de parabéns e desejou boa sorte aos eleitos.-----

O conselheiro Fernando Orlan cumprimentou a todos; cumprimentou de forma especial os conselheiros Galeno e Marco Túlio pela expressiva votação; disse que o Conselho perde com a saída da conselheira Érika, a quem também parabenizou.-----

Eduardo Generoso, presidente da Adep, parabenizou os colegas eleitos e a conselheira Érika Almeida, que teve votação expressiva e pode voltar ao Conselho; disse que tem certeza que o Conselho próximo fará um belo trabalho.-----

A conselheira Érika Almeida cumprimentou a todos e falou da honra em ter o conselheiro Ricardo como presidente dos trabalhos; falou do respeito que nutre pelo mesmo; agradeceu os elogios recebidos; disse que ficou muito feliz pela recondução dos colegas Galeno e Marco Túlio; disse que sabe da dedicação de ambos à Instituição; agradeceu a confiança nela depositada e pediu desculpas pelas falhas, já que é impossível agradar a todos; falou da honra em trabalhar no Conselho Superior e da surpresa boa que foi a convivência com o colega Fernando Orlan; disse que foi uma surpresa excelente, pois o Fernando Orlan é pessoa sensata, tranquila e pediu

para deixar registrado a sua sincera admiração por ele; disse que vai sentir falta do Conselho; que continua no órgão de execução de onde também pode fazer muito pela Defensoria; disse que não desistiu e que o seu nome está à disposição e que ficou muito feliz com a composição vindoura.-----

O conselheiro Ricardo Sales registrou a presença dos colegas Glauco David e Nikolas Katopodis, da assessoria institucional.-----

Relativamente ao item 3, o julgamento do procedimento nº 002 de 2015, foi dada a palavra ao conselheiro Fernando Martelleto para apresentação do relatório, que fez leitura e pediu a juntada, o que foi deferido. Em seguida, o conselheiro Fernando Martelleto fez a leitura do seu voto, parte integrante do presente procedimento, negando provimento ao pedido nele contido, mantendo na íntegra a decisão da Defensoria Pública-Geral.-----

Dada a palavra à revisora, conselheira Érika Almeida, a mesma falou da necessidade de se criar normas claras e prévias para se permitir a capacitação de colegas e acompanhou o relator na integralidade.-----

O conselheiro Galeno acompanhou o relator na integralidade.-----

O conselheiro Fernando Orlan, disse que fazia coro à conselheira Érika Almeida; disse que temos que nos debruçar sobre isto; que é preciso motivar os defensores para buscar uma pós-graduação; falou da necessidade de se regulamentar a matéria e votou com o relator.

O conselheiro Marco Túlio disse que assinava embaixo das palavras dos antecessores; disse que é preciso aprimorar a Deliberação do afastamento, principalmente para dar destino aos recursos oriundos dos honorários de sucumbência; mencionou sobre a situação dos colegas que atuam sozinhos em Defensorias do interior, que na prática não podem se ausentar para cursos, já que não há quem os substitua e que há previsão de que os colegas deem o "de acordo" nestes afastamentos.-----

Resultado: à unanimidade, pelo indeferimento do pedido.-----

Quanto ao item 4, procedimento nº 001 de 2014, pedido de alteração da divisão abstrata da Defensoria de Alfenas, foi dada a palavra ao conselheiro Fernando Martelleto, que apresentou relatório e voto. O conselheiro Fernando Martelleto falou de email recebido do defensor Gustavo Gorgosinho, do qual fez a leitura, cujo assunto dava ciência de que não fariam sustentação oral, eis que o entendimento era no sentido de que o feito estaria suficientemente instruído; portanto, não teriam interesse na sustentação oral, mas reiteravam a procedência do pedido.-----

Em seguida, o conselheiro Fernando Martelleto falou do seu entendimento em consultar as coordenadorias regionais em casos semelhantes, para ouvir sobre situações pontuais; citou a instalação de presídio em Alfenas, cujo excesso de demanda em execução penal sobrecarrega os colegas; disse que o Conselho poderia fazer o



"concerto" dos cargos; disse que consultou a coordenação regional e falou de reunião com os colegas em Varginha; disse que a resposta obtida por parte da coordenação foi de que a demanda de Alfenas realmente cresceu muito, mas não havia alternativa ou sugestão a fazer no sentido de criar estas novas Defensorias requeridas, indisponibilizando outras em abstrato.-----

Com estas considerações, negou provimento ao pedido formulado.----
A conselheira Érika Almeida acompanhou o relator e lamentou o número de órgãos de atuação em Alfenas; disse que é uma comarca importante, mas as limitações colocadas pelo relator são objetivas e de hierarquia normativa superior ao que aqui podemos produzir, o remanejamento de cargos.-----

Resultado: à unanimidade, negou-se provimento ao pedido contido no procedimento 001 de 2014.-----

Os trabalhos foram suspensos às 11:30 h e retomados às 14:45 h, já sob a presidência da dra. Christiane Procópio.-----

Presente também o conselheiro Thiago Dutra e ausente justificadamente o conselheiro Ricardo Sales.-----

A dra. Christiane Cumprimentou a todos, agradeceu o dr. Giovanni Manzo por ter aceito fazer parte da equipe da Defensoria Geral, já que assume a partir de hoje a coordenação cível e elogiou a qualidade do trabalho feito por ele.-----

Em seguida, passou-se ao item 5, da pauta, o julgamento do procedimento nº 018 de 2017, tendo como requerentes Bruno Braga Lima e outros e que trata de pedido de alteração do art. 31-C, da Deliberação nº 007/2004, incluído pela Deliberação nº 018/2015.-----

Dada a palavra ao relator, conselheiro Fernando Martelleto, que apresentou relatório e voto, parte integrante do presente procedimento.-----

O conselheiro Marco Túlio indagou do relator se na prática, considerado o voto, já valeria de imediato, já que não haveria defensor auxiliar para fazê-lo, ou seja, para substituir conselheiros afastados e à disposição do Conselho Superior, tendo o conselheiro Fernando Martelleto respondido que sim.-----

A dra. Christiane pediu que fosse dada a palavra aos coordenadores presentes, para enriquecimento dos debates e pelo prazo de 5 minutos, com o que todos concordaram.-----

O coordenador Fernando Camargos cumprimentou a todos; falou da satisfação em estar no Conselho novamente apresentando opinião sob um assunto; teceu esclarecimentos sobre a questão debatida, a atuação de defensores auxiliares em substituição aos conselheiros afastados; disse quealaria primeiro sobre a forma de provimento dos cargos das Defensorias Auxiliares e indagou como se daria; falou de recomendação sobre a forma de provimento delas, para um critério objetivo e falou de resolução correspondente; falou da



abertura de edital para ocupar a vaga; disse que teria dificuldades gerenciais para poder fazer valer a decisão do Conselho; qual defensor faria a substituição? Indagou? falou do déficit de defensores públicos e citou a Defensoria de Tóxicos, que não tem todos os cargos providos; disse que deveria haver um debate maior, uma discussão mais ampla em torno da questão; disse que dentro da própria Defensoria Auxiliar há vários problemas a serem enfrentados; indagou como seria operacionalizada a questão; citou o caso do Tribunal do Júri; enfatizou que a questão deveria ser mais debatida; disse que a Urgência é Especializada e em tese não poderia ser socorrida pela coordenação criminal.-----

O assessor Nikolas Katopodis cumprimentou a todos; disse que a substituição é essencial; citou o caso de Betim, em que não teve substituição para dois defensores à disposição do gabinete, já que não há auxiliar para tanto; disse entender que a regra proposta seria auxiliar cooperando; falou da dificuldade em operacionalizar a questão; disse que não haveria uma forma de solucionar a questão; falou da inamovibilidade do auxiliar e que isto faria com que tivéssemos uma pessoa em dois lugares ao mesmo tempo.-----

Christiane indagou, em cada momento de substituição, como seria feita a escolha do defensor auxiliar.-----

O assessor Rômulo disse que gostaria de fazer esclarecimentos de ordem prática; falou da dificuldade em operacionalizar a questão, principalmente em relação ao interior; disse que a norma ampla não está azeitada; que os auxiliares substituem pessoas que estão permanentemente afastadas; como seriam feitas as intimações para audiências? Indagou; disse ficar preocupado com a eficiência e a qualidade do serviço público.-----

O conselheiro Fernando Martelleto discorrendo sobre as ponderações dos colegas Fernando, Nikolas e Rômulo, disse que quando a Deliberação das Defensorias Auxiliares foi proposta em janeiro de 2014, ela veio justamente para enfrentar uma questão delicada que era onde seriam alocados os defensores públicos do VI que estavam concluindo estágio probatório e precisavam de uma definição sobre a titularização; disse que naquela oportunidade, a princípio, foi rechaçada qualquer possibilidade de cooperação das defensorias auxiliares na capital, pois havia órgãos de atuação, mas no interior, reivindicação dos conselheiros do interior, foi que as regionais fossem contempladas, aí sim, quando não houvesse possibilidade, o auxiliar faria às vezes de cooperador; que diante destas premissas, na eventualidade de se dar provimento na forma do voto, o defensor auxiliar irá atuar de acordo com aquilo que foi pensando na origem, ou seja, o defensor que se titularizou em uma das Defensorias Auxiliares, ele tem na gênese a substituição a membro da Administração Superior, do qual o CS faz parte; disse que a



convocação se daria em ato excepcional, em curto período de tempo e se o conselheiro entendesse pela necessidade de requerer uma substituição; falou que o conselheiro precisa ter a salvaguarda e aqueles defensores que se candidataram a titularização nas auxiliares eles teriam conhecimento prévio de que eventualmente irão cooperar ou atuar em substituição em uma região territorial até maior; disse que no caso da capital, citou o exemplo do conselheiro Marco Túlio, no I Tribunal do Júri, em caso de sessão, o cooperador irá para o seu lugar; disse que a questão é contornável e que a resolução é que tem que se adequar ao que ficar deliberado pelo Conselho; disse que não vê dificuldade maior e achar que o Conselho precisa ser prestigiado; lembrou que o procedimento de afastamento do secretário do Conselho Superior é de 2012 e fez um resgate histórico do seu trâmite; falou que a proposta não engessa a Administração Superior; elogiou o secretário Galeno em sua atuação, mas o colega não pode ficar sujeito a este tipo de pressão, de influência dos próprios colegas do órgão de execução pedirem que fosse repensada uma Deliberação até recente, porque estão se sentindo prejudicados em seu órgão de execução; disse que devemos pensar mais na Instituição do que a própria atuação no órgão de execução; que se quisermos que a Defensoria cresça, a gente precisa criar meios de dar condições de desenvolvermos o nosso trabalho; que precisamos de inteligência, de empenho, para nos desvencilharmos destas dificuldades e fazer o Conselho ter condições de trabalhar e que os conselheiros não fiquem sujeitos a esta situação desgastante; lamentou o conselheiro ter que se sujeitar a esta situação tão desconfortável, que parece virar um favor e por tal motivo precisamos regulamentar isto.-----

A conselheira Érika, revisora, cumprimentou a todos; parabenizou o colega Giovanni Manzo pela disponibilização do nome e por ter aceitado a coordenação cível; mencionou sobre a disposição dele ao debate; disse que a escolha deixou todos muito felizes; que foi excelente escolha do gabinete; quanto ao procedimento, disse que tinha uma questão preliminar, mas antes gostaria de colocar por alto, que é uma sugestão de redação em cima da proposta colocada pelo relator; disse que tem requerimento que é preliminar à sugestão; falou do seu requerimento: achar importante a oitiva dos colegas lotados nas Defensorias Auxiliares; disse que de certa forma está se propondo alteração nas atribuições; que o conselho sempre teve a salutar medida de ouvir os colegas; disse achar necessário ouvir pelo menos um colega das Defensorias Auxiliares, já que durante os debates surgiram dúvidas; disse achar importante ouvir, ainda que a questão passe para o próximo Conselho; disse que o assunto só pode vir agora em razão do excesso de trabalho; falou da agilidade do relator em enviar os votos; que o procedimento chegou agora, mas é importante ouvirmos os colegas das Defensorias Auxiliares; fez coro



ao elogio do conselheiro Fernando Martelleto ao colega Galeno; disse que ocupar a secretaria é um encargo muito pesado.-----

Solução: foi aprovada a diligência sugerida pela conselheira Érika de oitiva dos defensores das Defensorias Auxiliares e de retorno do procedimento à pauta da sessão extraordinária de 21 de novembro.--

A dra. Christiane falou da importância das ponderações da Conselheira Érika Almeida.-----

A conselheira Érika disse que se fosse possível o feito retornaria à próxima pauta.-----

A dra. Christiane sugeriu a intimação de todos os interessados e que estes pudessem se manifestar presencial ou por escrito.-----

O conselheiro Thiago Dutra cumprimentou a todos, o colega Giovanni Manzo, novo coordenador cível, a quem desejou muito sucesso e que tivesse muita satisfação no trabalho; disse que os conselheiros devem pensar se o secretário tem que se afastar e se dedicar exclusivamente ao Conselho e se neste caso teria substituição e quem vai substituir; disse que nós estamos falando de pacotes de responsabilidades; que o auxiliar no judiciário faz tudo e ele não é vinculado a uma vara; que a premissa não pode ser esta, estar vinculado a uma Defensoria; que é como se tivéssemos regimes jurídicos imutáveis; a Administração Pública não pode se organizar para melhor atender? Indagou; disse que as coisas vão mudar; que alguns serão prejudicados, claro; que nós temos que definir quem vai assumir este pacote; que a solução é o revezamento; sobre a fala do assessor Rômulo de que o substituto teria que estudar o processo com antecedência, disse que quando tem júri em Pedro Leopoldo não tira folga das audiências para estudá-lo; que no interior é assim; que temos que abordar estas três questões antes definidas; que acolhia o requerimento da revisora Érika Almeida e é favorável à oitiva dos defensores auxiliares.-----

O conselheiro Fernando Orlan cumprimentou a todos; disse que o pedido constante no procedimento é bastante genérico; pedido para se rever uma Deliberação; que o trabalho do conselheiro é bastante pesado; cumprimentou o secretário Galeno, que a despeito de tudo, ainda faz o trabalho de secretário, com estrutura administrativa deficitária; que o Conselho necessita de um secretariado especializado, talvez com a contratação de uma pessoa com formação em direito; fez menção ao trabalho administrativo que é extremamente pesado; disse que para nós defensores e que fomos eleitos, tem quase que absoluta certeza que nós não deixamos o nosso serviço de lado; disse que em Uberlândia a vida está correndo normalmente enquanto está aqui na reunião do Conselho; que os seus estagiários estão trabalhando normalmente; disse que no pedido genérico feito, em relação ao secretário, seria necessária uma substituição; se ele a requerendo, teríamos que ver como se daria a



operacionalização; disse que a proposta do relator Fernando Martelleto seria o mundo ideal, mas existem auxiliares em todas as comarcas e eles podem auxiliar? Indagou; disse que auxiliares e cooperadores não podem estar vinculados a nada, sendo cooperadores e auxiliares.-----

O conselheiro Fernando Martelleto disse que a Deliberação é expressa: substituir e cooperar.-----

O conselheiro Fernando Orlan disse que estas eram as ponderações que fazia; congratulou o colega Galeno pelo acúmulo da função e a todos os demais conselheiros que também acumulam.-----

A dra. Christiane lembrou da promessa de um servidor da área jurídica para dar suporte ao Conselho; disse que o conselheiro Wagner se comprometeu também e que darão encaminhamento assim que fechada a questão orçamentária.-----

O conselheiro Marco Túlio agradeceu a todos os colegas pelas palavras elogiosas; expressou o seu agradecimento à Comissão Eleitoral, que fez excelente trabalho; disse que mais do que nunca passou a hora de fazermos a votação eletrônica; que precisamos mudar isto com urgência e falou do custo de uma eleição nos moldes atuais; agradeceu os colegas que colocaram os nomes à disposição; agradeceu e parabenizou os conselheiros eleitos; disse que a melhoria da estrutura administrativa do Conselho é necessária para ontem; disse esperar um assessor bacharel em direito e se possível uns dois estagiários; que se isto não for possível que se volte ao assunto do afastamento do secretário ou até mesmo uma medida mais extrema de colocar um auxiliar como assessor do Conselho; disse que este procedimento vai nos fazer refletir sobre isto; disse que desde que entramos em 2015 nós abrimos o Conselho, que ficou mais democrático; disse que mais do que nunca é preciso ouvir os colegas, pois mexe na estrutura das vagas dos auxiliares; que a oitiva pode ser por escrito ou pessoalmente ou por intermédio de um representante; que o Conselho tem que ser aberto ao diálogo antes de qualquer coisa; que tem que ser feito o contraditório; que vamos ouvir os colegas e vamos chegar a alguma conclusão; que precisamos de uma solução; colocou-se de acordo com a diligência requerida.-----

A dra. Christiane cumprimentou os conselheiros que emprestaram os nomes: Galeno, Thiago, Érika e Marco Túlio; parabenizou os novos eleitos; parabenizou os colegas Thiago e Érika que participaram do processo; disse que estar na administração é um ato de coragem; agradeceu os conselheiros Fernando Martelleto e Fernando Orlan, que fizeram um trabalho profícuo; agradeceu a cada um que fez parte deste Conselho e parabenizou pela vitória dos novos conselheiros; disse que é importante a presença de novos e mais experientes, que isto será extremamente positivo e que haverá um equilíbrio importante; agradeceu o apoio aos trabalhos.-----



Eduardo generoso, presidente da Adep, reafirmou a necessidade de se estruturar o Conselho; disse que os conselheiros não são afastados; que a Corregedoria Geral e o gabinete possuem os assessores e acha que tem que ser estudada uma forma de possibilitar um melhor trabalho aos conselheiros.-----

O conselheiro Thiago disse que quando o Conselho está no exercício do seu poder normativo não há limitação de um processo normal.----

O conselheiro Fernando Orlan disse concordar com o pedido de oitiva dos defensores auxiliares.-----

Quanto ao item 6, o procedimento nº 010 de 2017, foi dada a palavra ao relator, conselheiro Fernando Martelleto.-----

O conselheiro Fernando Martelleto Indagou se algum dos presentes gostaria de se inscrever para manifestação prévia, sendo que não houve interessados; em seguida, fez a leitura de relatório e voto, com apresentação de minuta de Deliberação, parte integrante do presente procedimento.-----

A dra. Christiane falou sobre a questão da nomenclatura "ajustamento funcional" que tem norma própria.-----

O conselheiro Fernando Martelleto deu explicações sobre a nomenclatura "ajustamento"; disse que é diverso; que são duas modalidades de ajustamento funcional distintas.-----

O conselheiro Galeno disse que é importante a regulamentação da matéria.-----

O conselheiro Thiago Dutra disse que os defensores nesta situação possuem o direito e isto é lógico; que seria absurdo não terem o direito por defensor não ter jornada; possuir jornada é benéfico ou maléfico? Indagou; disse que defensor é servidor público; disse que a expressão "agente político de transformação social" é a mesma coisa de tablet e ipad, não tendo diferença; disse que todos são servidores públicos; que tem que dar uma solução ao caso; é preciso dar tratamento uniforme a todos os defensores; que não chega ao ponto de chamar de "ajustamento funcional"; que acha que o defensor não deverá trabalhar no período que estiver com o filho e que a coordenação que providencie substituto.-----

A dra. Christiane disse que em relação a terminologia, a questão é sensível; que há necessidade de análise técnica por parte do Conselho; disse ser uma pena a ausência do corregedor Ricardo Sales para apresentar suas considerações.-----

O conselheiro Fernando Martelleto disse que o termo "ajustamento" não é restrito.-----

A conselheira Érika Almeida disse que gostaria de deixar claro que independente do nome que se queira dar a consequência é a mesma; que se trata de regulamentar uma situação mais específica do que a primeira já regulamentada; que o afastamento não é para interesse



próprio e sim de seu dependente; que o Conselho tem atribuição para deliberar sobre o assunto e o fez para o próprio defensor; disse entender a cautela do gabinete ao tratar do assunto com o devido cuidado, mas acha importante regulamentar esta situação específica, já que nem sempre os colegas são sensíveis às demandas de outros colegas que estão nesta situação; disse que se nós dependermos da alma dos outros a gente não consegue nada; disse que tem comarcas que colegas sequer se cumprimentam; que acha importante ter regra para o defensor ter paz de espírito e sem ficar com medo do colega representar contra a situação na Corregedoria; que é uma atribuição do Conselho; que acha necessária também a regulamentação; que com as redobradas cautelas que o assunto demanda, ainda que ele se estenda, acha importante deliberar.-----

A dra. Christiane aproveitou a oportunidade e cumprimentou e parabenizou o conselheiro eleito Felipe Soledade, presente.-----

O conselheiro Fernando Orlan parabenizou o colega Felipe Soledade pela eleição; disse que queria ter o dom da palavra para explicar como é a questão vivenciada de pais com crianças com deficiência; disse que todos podiam notar que hoje não compareceu ninguém; por ser desgastante; que fica parecendo que estes pais estão mendingando; que a mais nobre de todas as missões é ser pai ou ser mãe; que estamos sendo coautores da vida; que ser pai de uma criança especial exige uma responsabilidade muito maior do que uma criança dita normal; que a criança especial precisa da atenção do pai em tempo integral; precisa de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, equoterapia, hidroterapia, psicologia; que estas crianças se recusam a ir a lugares com outras pessoas; citou exemplo: o meu filho não gosta de andar com o próprio avô; ou ele vai com a mãe ou com o pai; disse que a lei do servidor público comum reduz a jornada de trabalho dele pela metade; que em Uberlândia tem um ambiente de trabalho bom, mas jamais com toda a liberdade, jamais, procurou a coordenação para pedir qualquer benefício; que o pai também se sente discriminado; que se nós formos fazer uma Deliberação para que o defensor combine com o coordenador algo é melhor indeferir o pedido; que independentemente da terminologia temos que trabalhar com a limitação de atribuições; que temos que tratar com muita tranquilidade fazendo uma espécie de limitação de atribuições; que para o servidor ele tem direito a redução de 50%; que ao defensor, pela maleabilidade, tem que garantir o direito; que tem defensor que não tem ninguém para auxiliar no dia a dia com o filho especial; citou o exemplo do colega Luiz Renato que traz o filho para fazer terapia em Belo Horizonte e mora em Betim; que para estes defensores teríamos que garantir os mínimos direitos; que é imperioso que a criança tenha a maior independência possível.-----



A dra. Christiane disse que é importante o debate para o amadurecimento da questão.-----

O conselheiro Thiago Dutra lembrou da obra "Ensaio Sobre a Cegueira"; disse que se todos tivessem filhos com necessidades especiais, a solução já estava feita; disse que a própria discussão da matéria já é discriminatória, é óbvio; que o defensor deve informar a agenda de atividades ao coordenador.-----

O conselheiro Marco Túlio disse que a causa já está madura; que já ouvimos muitas pessoas e dá para julgar; que às vezes ficamos discutindo e não deliberamos; que a nomenclatura não importa.-----

Eduardo generoso disse que concordava com o conselheiro Marco Túlio; disse que passamos uma manhã inteira debatendo a matéria, em ocasião; disse acreditar que se tem que mudar a terminologia ela tem que ser feita; tem que ter claramente redução de atribuições.-----

O conselheiro Thiago Dutra disse que se o tratamento for a tarde, não se faz audiência; que só o fato de se afastar determinado horário já estaria reduzindo as atribuições.-----

O conselheiro Fernando Orlan disse que há comarcas em que se faz audiências em 2 dias e se atende em dois dias e se peticiona no quinto; que se o seu filho tem uma terapia no dia da audiência, o coordenador dispensa da audiência na quarta e faz audiência na quinta; que há uma compensação; que tem que definir um limite; que se ficar vago não vai ter a coragem de pedir a coordenação.-----

O conselheiro Fernando Orlan citou o exemplo: o conselheiro Galeno é secretário do órgão máximo da Instituição; há uma Deliberação prevendo o seu afastamento e não existem colegas que não querem que ele se afaste? Indagou; imagina a celeuma em torno do afastamento de defensores para cuidar de filhos especiais.-----

Estando todos de acordo com a regulamentação da matéria, passou-se a análise de artigo por artigo da minuta apresentada pelo conselheiro relator, Fernando Martelleto.-----

O conselheiro Fernando Martelleto disse que o termo "ajustamento" é aplicável a mais de uma possibilidade, ao próprio defensor e ao dependente com deficiência; que o instituto é gênero, mas não é uma espécie; sugeriu adequação funcional em vez de ajustamento, com o que todos concordaram.-----

Às 18:25 h, registrou-se a saída da dra. Christiane, assumindo a presidência dos trabalhos ao conselheiro Galeno Gomes Siqueira.-----

Em seguida, o conselheiro Galeno disse que não se recorda, em seus anos de Conselho, de um conselheiro eleito assumindo os trabalhos e discorreu sobre a importância do momento. Também discorreu sobre a importância da matéria em debate e sobre a necessidade de uma norma a regulamentá-la.-----

Prosseguindo na análise artigo por artigo e feitas adequações necessárias, foi aprovada à unanimidade a minuta de deliberação



tratando da redução das atribuições de defensores que tenham pessoas especiais sob sua responsabilidade.-----
Em seguida, todos se manifestaram sobre o momento histórico de tal aprovação, o que proporcionará melhores condições de vida aos defensores que tenham pessoas especiais sob seus cuidados.-----
O conselheiro Fernando Martelleto, finalizando, agradeceu os colegas Eduardo Cavalieri, Luiz Renato Braga, Estevão Carvalho, Fernanda Milagres, Fernando Orlan e todos os demais que contribuíram para o aperfeiçoamento da matéria, o que possibilitou a sua aprovação nesta data; disse que lutamos tanto pelos direitos dos nossos assistidos e que devemos também fazê-lo internamente; disse lamentar o indeferimento puro e simples pelo gabinete ao pedido administrativo formulado pelo colega Eduardo Cavalieri e que a oportunidade de levar a questão a debate; prosseguiu discorrendo sobre a importância, sobre o momento histórico da decisão tomada nesta assentada, com o que todos concordaram.-----
aprovada à unanimidade a minuta de Deliberação apresentada pelo conselheiro relator, Fernando Martelleto, encerraram-se os debates.--
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 18:45 h., lavrando-se a presente ata, que segue assinada pelos senhores conselheiros. Belo Horizonte, 13 de novembro de 2017.-----


Christiane Neves Procópio Malard



Ricardo Sales Cordeiro


Galeno Gomes Siqueira


Thiago Dutra Vaz de Souza


Fernando Campeiro Martelleto


Érika Almeida Gomes


Fernando Orlan Pires de Resende


Marco Túlio Frutuoso Xavier


Eduardo Cyrino Generoso